

O nacionalismo liberal de Fernando Pessoa

Uma faceta importante do intelectual Fernando Pessoa foi, desde jovem, a de pensador político. Um pensador político, aliás, com uma forte inclinação para a polémica, embora esta qualidade se tenha manifestado relativamente pouco em escritos realmente publicados. No espólio pessoano existe um conjunto de textos políticos de 1935 sobre o tema do *nacionalismo liberal*, assunto sobre o qual ele preparava um artigo, com o mesmo título, destinado a publicação no *Diário de Lisboa* ou no semanário *Fradique*.¹ Nesses textos Pessoa define o nacionalismo liberal, doutrina de que se apresenta como defensor. Define também nacionalismo e liberalismo, tentando provar que esses dois conceitos não só não se opõem, como um conduz ao outro. O artigo em questão encontrava-se em preparação no Outono de 1935 e Pessoa incluiu-o num projecto de publicações, uma lista datável de Outubro, ou seja, pouco antes da sua morte, que se dá a 30 de Novembro. Penso que esse documento [imagem 1] é a última lista de projectos de publicações que Pessoa elaborou, pelo que adquire um significado especial. Era nisto que Fernando Pessoa estava a trabalhar, era isto o que ele pretendia publicar quando a morte o surpreendeu. Por motivos que julgo relacionados com o silêncio que a Censura do Estado Novo impôs nesse ano a Fernando Pessoa, a redacção de alguns destes textos ficou bastante adiantada, mas não foi completada.²

O Caso é muito simples.	(R. ou DL.)
O Nacionalismo Liberal.	(DL. ou Fr.)
A Religião e os Meninos.	(DL. ou ?)
Fátima.	(DL. ou ?)
Marcha sobre Roma	(DL. ou ? ou folheto).

O Culto do Inacabado	(Fr.)
(Charlatanismo)	(Fr. DL. ou R.)

Praça da Figueira	
Intervallo, ou Esquecimento (quadras)	
Intimidade	

Poemas em inglez (avulso)	
Artigos em inglez (avulso)	

Imagem 1.

¹ Projecto editorial de Outubro de 1935 com a cota BNP/E3, 48B-90f.

² Sabe-se por um rascunho de carta (não enviada) a Casais Monteiro, de 30 de Outubro de 1935, que Pessoa declarava ter decidido não escrever mais nada para ser publicado em Portugal, dadas as restrições da Censura e mesmo a imposição de directrizes ao conteúdo do que se escrevia, tal como essa imposição tinha sido defendida em Fevereiro desse ano por Salazar e à qual Pessoa reagiu muito vivamente.

Este documento divide-se em quatro secções. Na primeira listam-se cinco artigos que Pessoa destinava a jornais como o *R[e]pública*, o *Diário de Lisboa* e o semanário *Fradique*, tudo periódicos não sintonizados politicamente com o regime. Os dois primeiros são de tema político, os restantes três são escritos anticatólicos. O artigo “O caso é muito simples”, que deixou incompleto, é uma condenação da invasão da Etiópia pela Itália fascista iniciada em 3 de Outubro desse ano, circunstância que baliza cronologicamente o texto.³ Note-se que um outro artigo sobre tema semelhante, “Profecia italiana”, escrito na última semana de Outubro, que Pessoa deixou completo, dactilografado e assinado, não foi publicado pelo *Diário de Lisboa*, devido certamente ao seu conteúdo político.⁴ Do segundo artigo da lista, “O Nacionalismo Liberal”, vou aqui tratar mais adiante. O terceiro artigo, “A Religião e os Meninos”, de que não encontrei vestígios no espólio do escritor, poderá ser, em minha opinião, o desenvolvimento de um tema já abordado por Fernando Pessoa nesse ano, na recensão do livro *A Romaria*, do jovem franciscano Vasco Reis, que ganhou o “prémio de primeira categoria” de poesia no concurso literário de 1934 do Secretariado de Propaganda Nacional. Como se sabe, Pessoa ganhou nesse concurso o “prémio de segunda categoria” com *Mensagem*. A recensão de Pessoa foi publicada no *Suplemento Literário do Diário de Lisboa* em 4 de Janeiro de 1935 (p. 5) e nela há um parágrafo em que o autor se refere ao papel central desempenhado no *catolicismo português* por “meninos” ou figuras infantis – “um Cupido católico chamado Menino Jesus”, “um S. João Baptista menino – isto é, de muito antes de ele ser Baptista” ou um Santo António concebido como “um adolescente infantil” (ver aqui, em Apêndice 1, a reprodução do trecho pertinente desse artigo). “Fátima” é um texto satírico inacabado sobre outro aspecto do catolicismo português.⁵ “Marcha sobre Roma” é um escrito anticatólico (Roma refere-se aqui à Igreja Católica Romana, jogando o título no trocadilho com a “Marcha sobre Roma” de Mussolini), que também ficou inacabado.⁶ Dos escritos da segunda secção, também destinados aos mesmos jornais, nada se pode dizer, excepto que parecem ter igualmente um carácter polémico. As duas secções restantes são de poesia portuguesa e de poesia e prosa “avulsas” em inglês. O projecto “Praça da Figueira” refere-se, como é sabido, aos poemas “Santo António, São João, São Pedro”, escritos no verão de 1935, que também têm um cunho anticatólico e até político, dado serem uma reacção de Pessoa à recuperação pelo Estado Novo das festas dos santos

³ Ver J. Barreto, “Fernando Pessoa e a invasão da Abissínia pela Itália fascista”, *Análise Social*, 193 (XLIV, 4.º trimestre), 2009, pp. 693-718, com a transcrição do texto inacabado e rascunhos adicionais.

⁴ A recusa de publicação deste artigo, pelos Serviços de Censura ou pelo mecanismo de “autocensura” do jornal, está muito provavelmente na origem do teor da carta de Pessoa a Casais Monteiro, de 30 de Outubro de 1935, a que em nota anterior se fez aqui alusão. O artigo “Profecia Italiana” foi publicado pela primeira vez em Teresa Sobral Cunha e João Rui de Sousa, *Fernando Pessoa: O Último Ano*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1985.

⁵ Publicado pela primeira vez em J. Barreto, “Pessoa e Fátima: a propósito dos escritos pessoanos sobre catolicismo e política”, in Jerónimo Pizarro, *Fernando Pessoa: O Guardador de Papéis*, Alfragide: Texto, 2009, pp. 219-281.

⁶ Ver J. Barreto, “Pessoa e Fátima...”, op. cit., pp. 263-265.

populares.⁷ No conjunto deste projecto, sobressai, pois, o perfil de polemista político e anticatólico.

Do artigo “O Nacionalismo Liberal”, indicado na lista, ficaram no espólio do escritor uma dúzia de notas ou rascunhos parciais, dos quais a maioria é ainda inédita. Esses textos fragmentários contêm, todavia, o essencial da sua argumentação e do seu conceito de nacionalismo liberal.

Lembre-se que 1935 foi o ano em que Pessoa, que tinha acabado de receber um prémio do SPN pelo livro *Mensagem*, entrou publicamente em conflito com o Estado Novo, a propósito da lei de extinção da Maçonaria e à qual ele se opôs frontalmente num artigo publicado com grande repercussão pública no *Diário de Lisboa* de 4 de Fevereiro, intitulado “Associações Secretas”. O artigo teve destaque de primeira página e continuação nas páginas centrais [imagens 2 e 3]. O jornal, que nesse dia teve tiragem dupla, esgotou-se rapidamente. Foi o escrito de Pessoa que, em toda a sua vida, teve maior repercussão pública. “Pela primeira vez na minha vida, fabriquei uma bomba” – dirá depois Pessoa.



Imagem 2.

⁷ Publicados pela primeira vez por Alfredo Margarido em Fernando Pessoa, *Santo António, São João, São Pedro*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1986.



Imagem 3.

Em consequência da publicação desse artigo, que conseguiu iludir a Censura salazarista, Pessoa foi politicamente colocado em quarentena. Após uma reunião de Salazar com o director da Censura, foram tomadas medidas censórias contra o escritor, que veria nesse ano outros escritos seus serem impedidos de publicação.⁸ O artigo de Pessoa em defesa da Maçonaria tinha apanhado de surpresa os meios salazaristas. Havia quem se perguntasse: então Fernando Pessoa não era um nacionalista e não tinha sido premiado pelo governo por uma obra de “exaltação nacionalista”? Porque viera então o ingrato a público, em defesa da inimiga do Estado Novo, a Maçonaria, uma organização internacionalista? Era, em parte, a perguntas como estas que Pessoa pretendia responder com o seu artigo sobre o nacionalismo liberal.

Considere-se, por outro lado, que os responsáveis do Estado Novo (e os da chamada Ditadura Nacional que o precedeu) se declaravam nacionalistas e que os termos *nacional*, *nacionalismo* e *nacionalista* eram então correntemente usados em Portugal (como na Itália ou na Alemanha) para situar e caracterizar doutrinariamente um poder ditatorial, distinguindo-o das correntes que advogavam um regresso à “normalidade constitucional”, isto é, a um sistema de governo baseado em eleições livres. Para o poder instalado, “nacionalismo” significava várias coisas. Significava, por um lado, a rejeição de organizações ou ideologias de princípios internacionalistas, como a Maçonaria ou o comunismo. Nacionalismo significava também a rejeição do liberalismo político, isto é, de um sistema baseado nas liberdades e na escolha livre do

⁸ Sobre todo este assunto, ver o meu posfácio a Fernando Pessoa, *Associações Secretas e Outros Escritos*, Lisboa: Ática, 2011, intitulado “A história do artigo Associações Secretas”, pp. 237-288.

eleitorado. Nacionalismo significava ainda a rejeição de concepções individualistas e do liberalismo económico, ao que a ideologia do regime contrapunha uma noção do bem comum, o *interesse nacional* (também dito o *Bem da Nação*), do qual um “Estado forte” e economicamente intervencionista devia ser o garante. “Estado forte” era sinónimo das expressões “governo de autoridade”, “regime de autoridade” que então apareciam também no discurso oficial do regime como autodefinição. O artigo que Fernando Pessoa preparava sobre o “nacionalismo liberal” propunha-se principalmente desmontar esta deturpação do conceito de *nacionalismo* – que o Estado Novo interpretava como doutrina antiliberal, autoritária e anti-individualista (estatista).

Fernando Pessoa, que foi toda a vida um nacionalista e era publicamente tido como tal, pretendia, pois, esclarecer o público sobre o verdadeiro significado dessa sua posição política. Semelhante intenção aparece já num outro escrito, datado de 30 de Março do mesmo ano de 1935, vulgarmente conhecido por “nota autobiográfica” (embora não tenha tal título), que Pessoa redigiu de forma acabada, dactilografou, datou e assinou pela sua mão – indícios claros de que o destinava a publicação [imagem 4]. (O documento, que pertence à Coleção Fernando Távora, está consultável no site da Casa Pessoa.)

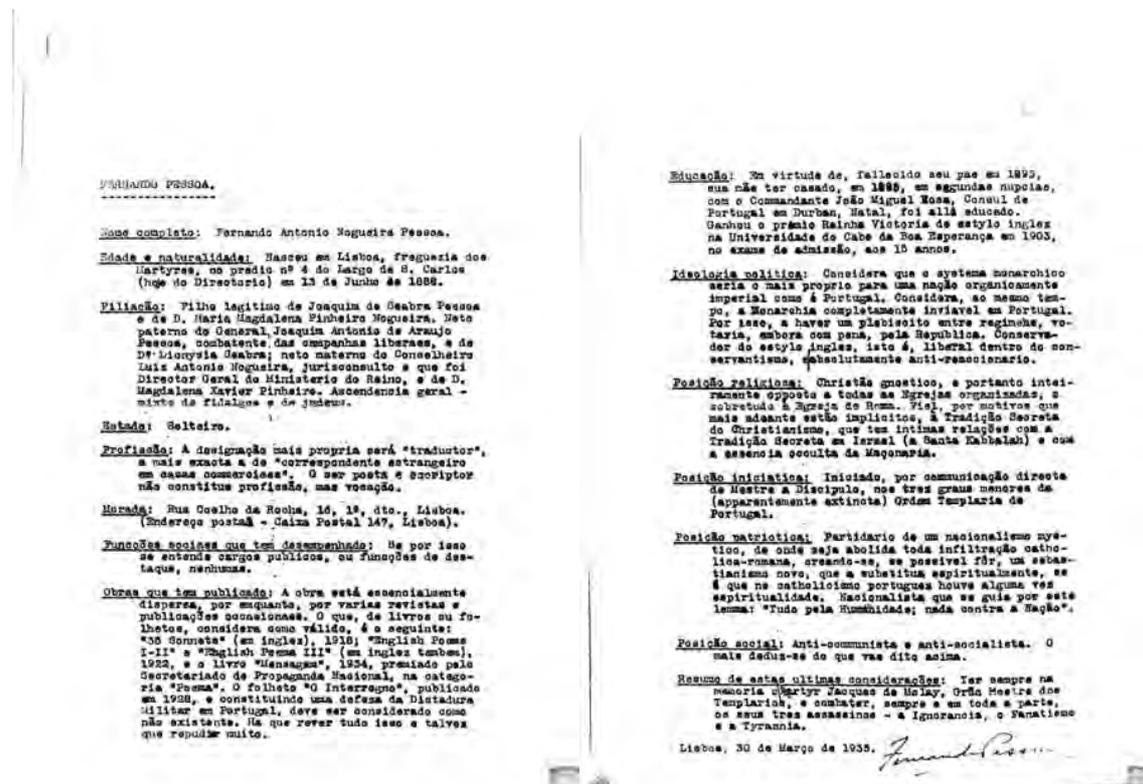


Imagem 4.

A dita “nota autobiográfica” assume a forma de resposta aos quesitos de um inquérito, como muitos que então se faziam em Portugal para serem publicados em jornais ou revistas. Fernando Pessoa, apesar de dizer que não gostava de inquéritos, respondeu a vários ao longo dos anos. Neste caso, é bastante óbvio que foi o próprio Pessoa quem o

concebeu, quem redigiu os quesitos e lhes respondeu.⁹ Diga-se que este documento não foi publicado em vida, o que pode ter-se devido à Censura, dado o conteúdo político de várias respostas e sobretudo a menção, numa delas, das afinidades esotéricas de Pessoa com a Maçonaria, tema tabu para a Censura. Na resposta ao quesito *Ideologia política*, Pessoa define-se como “Conservador do estilo inglês, isto é, liberal dentro do conservantismo, e absolutamente anti-reaccionário”. Na resposta ao quesito *Posição patriótica*, Pessoa define-se como nacionalista místico e anticatólico, guiado pelo lema “Tudo pela Humanidade; nada contra a Nação”. Temos assim Pessoa autodefinido politicamente, em 1935, como nacionalista e como liberal, além de outros atributos que não vêm ao caso.

Num texto preparatório do artigo sobre o “O Nacionalismo Liberal”, Pessoa dá uma versão mais longa do lema atrás citado. É a seguinte:

A essência do Nacionalismo Liberal encontra-se resumida nas seguintes frases: tudo pelo Indivíduo, nada contra a Sociedade; tudo pela Humanidade, nada contra a Nação; tudo pela Igualdade, nada contra a Liberdade.¹⁰

Num outro escrito inédito, o lema aparece numa terceira versão:

Tudo pelo indivíduo, nada contra a nação.

E a respectiva justificação:

Tudo pelo indivíduo, porque a nação não existe senão através de indivíduos, vale o que valerem os seus melhores indivíduos, resiste conforme resistirem, coesos, os seus indivíduos quaisquer. Nada contra a Nação, porque o indivíduo não é completo senão social, nem (dado o seu egoísmo fundamental) pode ser social senão sendo nacional.¹¹

Note-se que estes lemas criados por Pessoa, que soam quase como slogans publicitários, reagem não só à divisa propagandística do Estado Novo “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”, frase extraída de um discurso de Salazar de 1929, mas reagem também, e expressamente, à divisa de Mussolini: “Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada

⁹ Um dos quesitos do inquérito era: *Funções sociais que tem desempenhado*. Pessoa responde: “Se por isso se entende cargos públicos, ou funções de destaque, nenhuma.” A resposta sugere que não teria sido ele o autor dos quesitos, dado o “Se por isso se entende...” Mas sabemos que Pessoa era useiro nestas e noutras ficções, tendo publicado pelo menos duas entrevistas consigo próprio, integralmente redigidas por ele, uma em 1926 (“O ‘Duce’ Mussolini é um louco”), no diário *Sol*, e outra em 1930 (“Aleister Crowley foi assassinado?”), no semanário *Girasol*.

¹⁰ BNP/E3, 55 – 87^r e 87^v. Inédito.

¹¹ BNP/E3, 55–59. Inédito.

contra o Estado”¹², lema do fascismo italiano que serviu de mote a Salazar para o seu “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”.

Quero aqui citar também um trecho de outro escrito de Pessoa de 1935, que se destinava a ser uma explicação do livro *Mensagem*, esclarecimento que ele julgava necessário perante a perplexidade causada entre os leitores nacionalistas e católicos pelo facto de ele ter aparecido, depois de premiado o seu livro nacionalista, a defender a Maçonaria, que era internacionalista e anticatólica. Ora Pessoa achava que esses leitores perplexos não tinham entendido o conteúdo “herético” do nacionalismo da *Mensagem*, que ele descreve como “um livro abundantemente embebido em simbolismo templário e rosicruciano”. Diz a seguir Pessoa nessa explicação da *Mensagem*, falando do seu posicionamento político:

[...] de facto, fui sempre fiel, por índole, reforçada por educação – a minha educação é toda inglesa –, aos princípios essenciais do liberalismo, que são o respeito pela dignidade do Homem e pela liberdade do Espírito, ou, em outras palavras, o individualismo e a tolerância, ou, ainda, em uma só palavra, o individualismo fraternitário.¹³

Num outro escrito que deixou inédito, datável do mesmo período, Pessoa escreve isto:

Fui sempre, e através de quantas flutuações houvesse, por hesitação de inteligência crítica, em meu espírito, nacionalista e liberal; e nacionalista – quer dizer, crente no País como alma e não como simples nação; e liberal – quer dizer, crente na existência, de origem divina, da alma humana, e da inviolabilidade da sua consciência, em si mesma e em suas manifestações.¹⁴

Voltemos agora ao artigo sobre o nacionalismo liberal que Pessoa preparava nos dois últimos meses de vida. O escritor quis deixar bem claro que, com esse artigo, não pretendia traçar a doutrina de um novo partido político. Diz ele neste trecho inédito, primeira página de um dos rascunhos [imagem 5]:

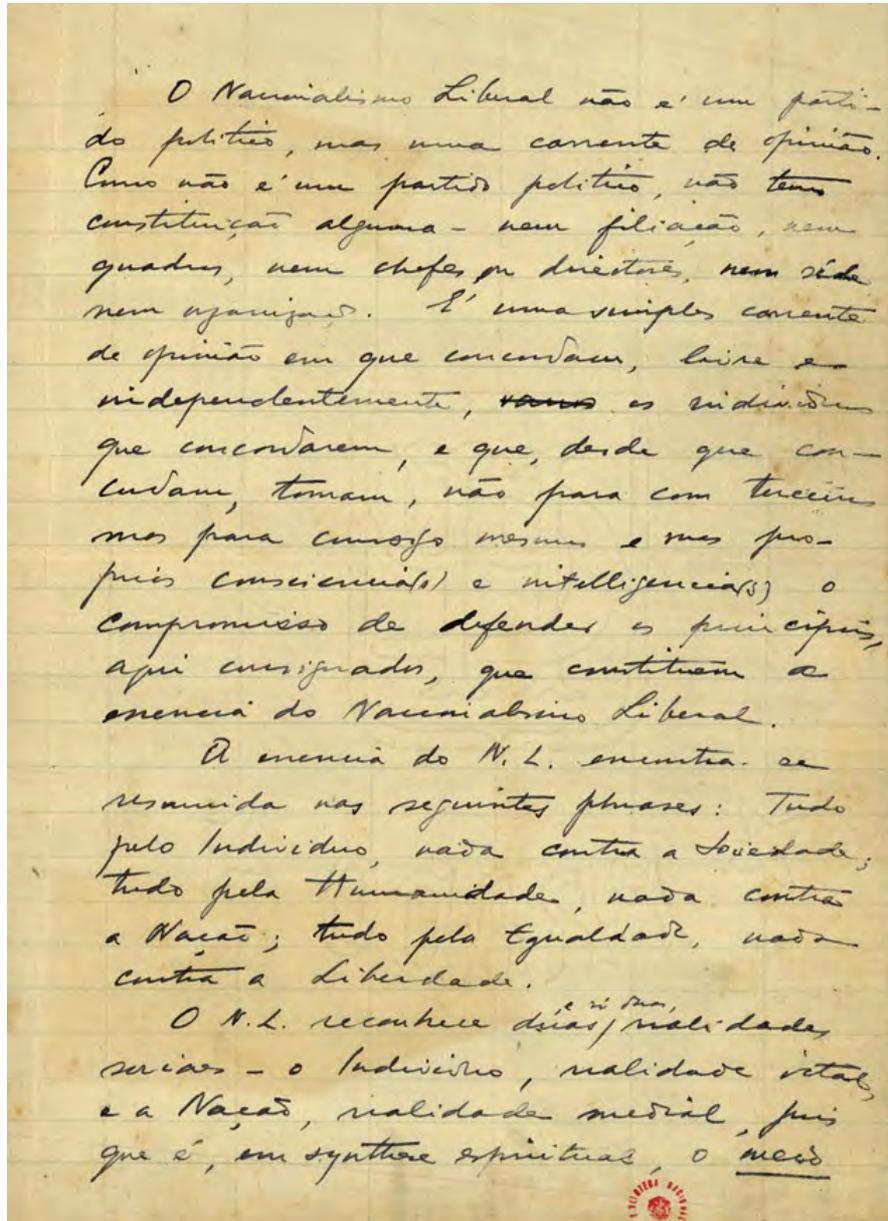
O Nacionalismo Liberal não é um partido político, mas uma corrente de opinião. Como não é um partido político, não tem constituição alguma – nem filiação, nem quadros, nem chefes ou directores, nem sede, nem organização. É uma simples corrente de opinião em que concordam, livre e independentemente, os indivíduos que concordarem, e que, desde que

¹² BNP/E3, 92A-30^r. Publicado pela primeira vez em Fernando Pessoa, *Da República*, org. Joel Serrão, Lisboa: Ática, 1979, pp. 365-366, erradamente acoplado a outro texto.

¹³ “Explicação de um livro” (BNP/E3, 21-136 a 139). Publicado pela primeira vez em Fernando Pessoa, *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação*, eds. Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho, Lisboa: Ática, 1966, p. 433, erradamente acoplado a outro fragmento. O adjectivo “fraternitário” usado neste texto é uma alusão à filosofia rosa-cruz.

¹⁴ BNP/E3, 138A-57^r. Publicado pela primeira vez, com pequena diferença, em Teresa Rita Lopes, *Pessoa por Conhecer*, Lisboa: Estampa, 1990, t. II, p. 88.

concordam, tomam, não para com terceiros, mas para consigo mesmo e suas próprias consciência(s) e inteligência(s), o compromisso de defender os princípios aqui consignados [...]¹⁵



O Nacionalismo Liberal não é um partido político, mas uma corrente de opinião. Como não é um partido político, não tem constituição alguma - nem filiação, nem quadros, nem chefes, ou directores, nem sede nem organisação. É uma simples corrente de opinião em que concordam, livre e independentemente, ~~varios~~ os indivíduos que concordarem, e que, desde que concordam, tomam, não para com terceiros mas para consigo mesmo e suas próprias consciências e intelligências) o compromisso de defender os princípios, aqui consignados, que constituem a essência do Nacionalismo Liberal.

A essência do N. L. encontra-se resumida nas seguintes phrases: Tudo pelo Indivíduo, nada contra a Sociedade; tudo pela Humanidade, nada contra a Nação; tudo pela Igualdade, nada contra a Liberdade.

O N. L. reconhece duas ^{e no seu} realidades serias - o Indivíduo, realidade vital, e a Nação, realidade medial, pois que é, em synthese espiritual, o meio

Imagem 5.

Há pelo menos duas razões para este esclarecimento. A primeira é que, em 1935, a Censura não permitiria que alguém viesse defender a criação de uma nova formação política, fosse ela qual fosse, muito menos com a palavra “liberal” no nome. Claro que a Censura também não permitiria que Pessoa viesse defender a sua simples doutrina do nacionalismo liberal, mas disso ele ainda não tinha, talvez, a prova cabal. A segunda

¹⁵ BNP/E3, 55 – 87^r e 87^v. Inédito.

razão é que o individualista Pessoa, completamente avesso a gregarismos políticos, nunca pertenceu a nenhum partido nem certamente pretendia fundar um em 1935.

Houve vários partidos nacionalistas e liberais em Portugal durante a 1.ª República e Pessoa nunca aderiu a nenhum. O Núcleo de Acção Nacional, criado em 1919, com um programa de cinco pontos aliás escrito por Fernando Pessoa¹⁶, era uma entidade algo fantasmagórica, que apenas apareceu como editora de quatro números do jornal sidonista *Acção* em 1919-1920 e que reapareceu oito anos depois, em 1928, como editora do folheto de Fernando Pessoa *O Interregno*. [Imagens 6 e 7]



Imagem 6.

¹⁶ Ver J. Barreto, “O Núcleo de Acção Nacional em dois escritos desconhecidos de Fernando Pessoa”, *Pessoa Plural*, n.º 3, Primavera 2013, pp. 97-112. Acessível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejhp/pessoaplural/Issue3/PDF/I3A06.pdf

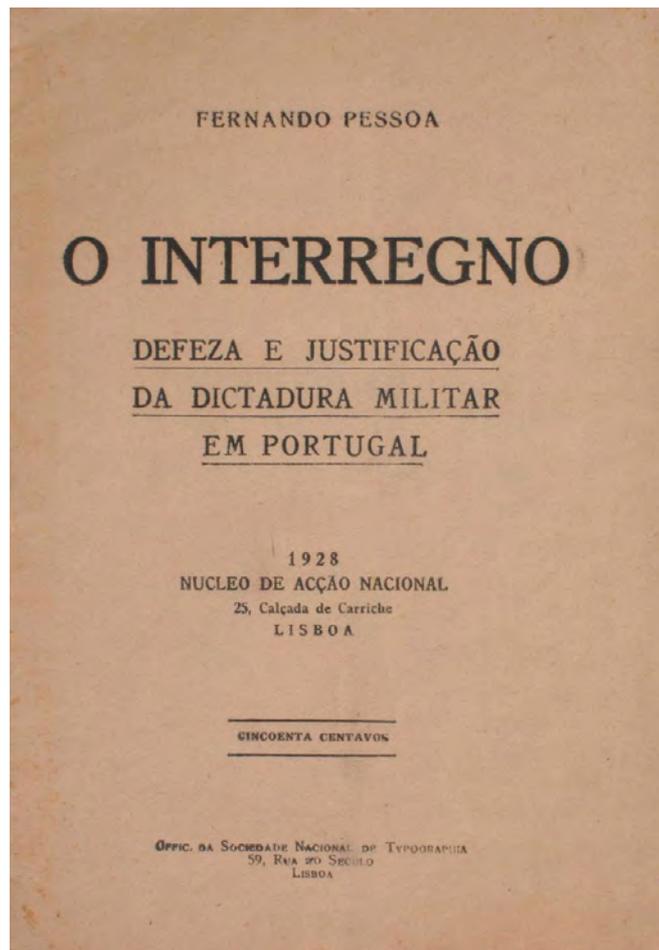


Imagem 7.

Ora Pessoa declarou taxativamente, neste mesmo folheto, que *não pertencia* ao Núcleo de Acção Nacional, sugerindo embora que outros pertenceriam. Provavelmente, nunca ninguém “pertenceu” ao NAN, no sentido de se filiar nele. Foi afirmado há mais de 30 anos por José Augusto Seabra que essa enigmática organização política é, afinal, mais um heterónimo de Fernando Pessoa.¹⁷ Creio que andaríamos melhor vendo no Núcleo de Acção Nacional o mero nome de uma corrente de opinião, se o termo não é demasiado pomposo, circunscrita a um pequeno grupo de amigos, sem organização, nem filiados, nem directores, nem sede, correspondendo exactamente à descrição que Pessoa faz do *nacionalismo liberal* em 1935. Com uma diferença de monta, porém: é que o tal jornal *Acção* publicado pelo Núcleo de Acção Nacional em 1919-1920 não defendia o liberalismo, pelo contrário. Num dos dois grandes artigos que publicou nesse jornal, intitulado “A Opinião Pública”, Fernando Pessoa fez mesmo um ataque em forma ao liberalismo. Nesse artigo Pessoa identificava de forma arbitrária o “liberalismo moderno”, no melhor dos casos, com o igualitarismo. No pior dos casos, dizia ele, o liberalismo era uma “mera arma de espoliação para os políticos sem escrúpulos”. Outra característica negativa do liberalismo, dizia Pessoa, era a sua tendência a estender-se a todas as nações, a toda a humanidade – logo a não ser

¹⁷ J. A. Seabra, “Poética e política em Fernando Pessoa”, *Persona*, n.º 1 (1977), p. 16.

nacionalista. Pessoa chega a afirmar nesse texto que o socialismo é “a demência terminal do liberalismo”. E, a terminar o artigo, lança esta frase bombástica: “Ser liberal é odiar a pátria” – declaração que está nos antípodas do futuro “nacionalismo liberal” de Fernando Pessoa em 1935.¹⁸

Diga-se num parêntese que o jornal *Acção*, de que Fernando Pessoa foi o principal colaborador, suspendeu a sua publicação no n.º 4, datado de 27 de Fevereiro de 1920. A isso não terá sido estranho o facto de, sendo o jornal sidonista, logo republicano, e o seu director o republicano e sidonista Geraldo Coelho de Jesus, ter surgido um conflito de orientação política entre este último e o autor de “A Opinião Pública”, que se preparava para, numa terceira parte do dito artigo, defender que “a monarquia antiliberal é o único sistema compatível com a expressão ‘legítima’ da opinião pública” – segundo se lê numa nota publicada nesse número do jornal. Ora o director, acrescenta a nota, “não sendo monárquico, não pode ser director de um jornal ultramonárquico”. (Ver aqui no Apêndice 2 a dita nota).

Em que ficamos, então? Pessoa terá mesmo sido sempre liberal? Ele declarou nos anos 30, num dos trechos que aqui li, que tinha sido *sempre* fiel aos princípios essenciais do liberalismo. Noutra trecho que li, declarou que tinha sido *sempre* “nacionalista e liberal”, acrescentando de seguida: “através de quantas flutuações houvesse, por hesitação de inteligência crítica, em meu espírito”. De facto, no período da Grande Guerra e anos subsequentes, especialmente em 1919-1920, que coincide com o período mais instável e conturbado da 1.ª República, o liberalismo de Fernando Pessoa “flutuou” e “hesitou” fortemente, andando muito perto de desaparecer completamente. Sabemos pela sua posterior produção de escritos políticos que essa tendência não se confirmou. Em 1922, três anos depois de publicar o artigo “A Opinião Pública”, triunfava em Itália o fascismo, que nunca suscitou a Pessoa qualquer simpatia, muito pelo contrário. E as críticas que teceu ao fascismo fundavam-se em argumentos tipicamente liberais – ainda que conservadores “de estilo inglês”, ou seja, liberais “dentro do conservantismo”. Mesmo quando em 1928, com *O Interregno*, Pessoa defende e justifica a Ditadura Militar em Portugal, é novamente com argumentos liberais que sustenta que esse “Estado de transição” (expressão do autor) não se deveria eternizar como regime de autoridade, mas sim evoluir rapidamente para um regime fundado na opinião pública.¹⁹

As teses antiliberais que Pessoa defendeu em 1919 no jornal *Acção*, de que aqui dei apenas alguns exemplos, estavam em flagrante oposição com as teses que em 1935 ele vai defender com o seu “nacionalismo liberal”. Que se passou nesse intervalo de tempo para ter mudado tão profundamente de opinião, regressando ao liberalismo de juventude, que bebera desde a adolescência em alguns dos seus autores ingleses preferidos? Resumidamente, aconteceu que a 1.ª República caiu e que das cinzas do

¹⁸ Fernando Pessoa, “A Opinião Pública”, in *Acção*, n.ºs 2 e 3, 19 de Maio e 4 de Agosto 1919.

¹⁹ J. Barreto, “A publicação de *O Interregno* no contexto político de 1927-1928”, in *Pessoa Plural*, n.º 2, Outono de 2012, pp. 174-207.

demo-liberalismo republicano surgiu em Portugal, primeiro, uma Ditadura dita “nacional” e, depois, o Estado Novo, que no próprio nome ostentava a rejeição do Estado liberal (o Estado velho), relegado para o caixote de lixo da história. Perante esse pretendido enterro do liberalismo, que se traduziu num efectivo desaparecimento, diante dos seus olhos, das liberdades que ele prezava, mas que anteriormente parecia desvalorizar, Fernando Pessoa, que se tinha oposto à República quase desde o seu começo, vai formular, a partir dos anos 20 e particularmente nos anos 30, uma crítica do nacionalismo autoritário e corporativista. Para o fazer, vai fundar-se em princípios liberais. É conhecido que, no termo desse processo, nos anos finais de vida, Pessoa se tornou num crítico acérrimo do Estado Novo e de Salazar.²⁰

Vou terminar com a leitura de um trecho do artigo “O Nacionalismo Liberal”, com o qual, como aqui disse de início, Pessoa queria provar, entre outras coisas, que nacionalismo e liberalismo não só não se opunham, como um conduzia ao outro. O trecho poderia ser o final do artigo, e nele Pessoa, com verve de polemista político, opõe o seu nacionalismo liberal, por um lado, ao comunismo e, por outro, ao nacionalismo do regime salazarista, conotando este último com o nacionalismo de Charles Maurras e com o catolicismo e o monarquismo portugueses. [Imagem 8]

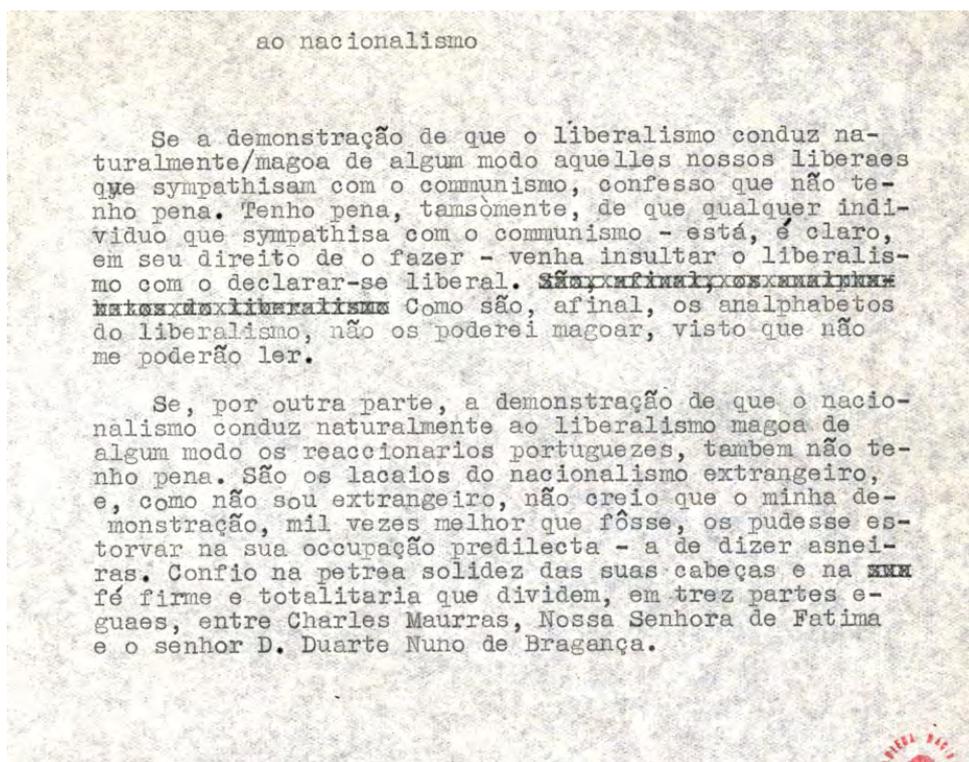


Imagem 8.

Transcrição:

²⁰ J. Barreto, “Salazar and the New State in the Writings of Fernando Pessoa”, *Portuguese Studies*, vol. 24 (2), 2008, pp. 168-214.

Se a demonstração de que o liberalismo conduz naturalmente ao nacionalismo magoa de algum modo aqueles nossos liberais que simpatizam com o comunismo, confesso que não tenho pena. Tenho pena, tão-somente, de que qualquer indivíduo que simpatiza com o comunismo – está, é claro, em seu direito de o fazer – venha insultar o liberalismo com o declarar-se liberal. Como são, afinal, os analfabetos do liberalismo, não os poderei magoar, visto que não me poderão ler.

Se, por outra parte, a demonstração de que o nacionalismo conduz naturalmente ao liberalismo magoa de algum modo os reaccionários portugueses, também não tenho pena. São os lacaios do nacionalismo estrangeiro, e, como não sou estrangeiro, não creio que a minha demonstração, mil vezes melhor que fosse, os pudesse estorvar na sua ocupação predilecta – a de dizer asneiras. Confio na pétrea solidez das suas cabeças e na fé firme e totalitária que dividem, em três partes iguais, entre Charles Maurras, Nossa Senhora de Fátima e o senhor D. Duarte Nuno de Bragança.²¹

Apêndice 1

Excerto do artigo de Fernando Pessoa “A Romaria”, publicado no *Suplemento Literário do Diário de Lisboa* de 4 de Janeiro de 1935, p. 5. O papel dos “meninos” no catolicismo português, aqui também abordado, pode ter dado a Pessoa a ideia para um desenvolvimento do tema. Daí, talvez, o projecto “A Religião e os Meninos” que figura na lista de publicações projectadas de Outubro de 1935.

²¹ BNP/E3, 92X-77^f. Publicado pela primeira vez em J. Barreto, “Pessoa e Fátima...”, op. cit., pp. 250 e 260-261.

Entre os portugueses, em quem, em meu entender, a emoção supera a paixão—e é isto, creio, o que radicalmente nos distingue dos varios espanhóis—o catolicismo assume naturalmente o que poderemos chamar o aspecto franciscano, que é, por assim dizer, o aspecto essencialmente emotivo do cristianismo catolico.

Do paganismo latente no catolicismo não se manifesta em nós o aspecto estetico, como diversamente nos italianos e nos espanhóis, nem o aspecto imperial, como diversamente nestes e nos franceses, mas o aspecto dispersivo e fluido, proprio de tudo quanto a emoção conduz. O nosso catolicismo é sem contornos—uma meiguice religiosa, preguiçosamente incerta do em que realmente crê. Por isso o nosso vero Deus Manifesto é, não o Deus uno e trino, ou qualquer das Pessoas da Trindade, mas um Cupido catolico chamado o Menino Jesus. Porisso não curamos de Maria Virgem, mas só de Maria Mãi. Por isso os nossos santos autenticos são um S. João Baptista menino—isto é, de muito antes de ele ser Baptista—ou um Santo Antonio, concebido irremediavelmente como um adolescente infantil, cuja função distinctivo—a de concertar bilhas—é um milagre-brinquedo. Quanto ao Diabo, nunca um português acreditou nele. A emoção não permitiria.

Apêndice 2

Nota publicada no quarto e último número do jornal *Acção* de 27 de Fevereiro de 1920, p. 3. A nota não vem assinada, mas parece resultar de um acordo entre Fernando Pessoa e o director, o engenheiro Geraldo Coelho de Jesus.

A Opinião Publica

Como se diz no artigo do nosso director, fica interrompido por algum tempo (e até melhor organização de serviços) o curso d'esta publicação. E' esta uma das razões por que se suspende a inserção, que ainda duraria para além do numero presente, do artigo «A Opinião Publica», do nosso collaborador sr. Fernando Pessoa.

De resto, a parte d'esse artigo que mais pode interessar aos leitores da «Acção» é a que já está publicada, nos nossos dois numeros anteriores. N'essa parte se faz a critica destructiva dos principios democraticos, como são modernamente entendidos.

A parte restante do artigo, que é a constructiva, sahiria já um pouco do agrado da maioria dos nossos leitores, dado que o sr. Fernando Pessoa chega á conclusão de que a monarchia anti-liberal é o unico systema compativel com a expressão «legitima» da opinião publica. E' esta a outra razão (motivada por um perfeito entendimento entre o sr. Fernando Pessoa e o director d'este jornal que, não sendo monarchico, não pode ser director de um jornal ultra-monarchico) pela qual se não continua a publicar o artigo, tão interessante como original, d'aquelle nosso presadissimo amigo e collaborador, que, aliás, honra este numero com um admiravel poema (embora um poema «monarchico») sobre a figura sempre chorada do Presidente Sidonio Pais.

O poema “monárquico” de Fernando Pessoa a que esta nota se refere intitula-se “À memória do Presidente Sidónio Pais” e vem publicado nas páginas 2 e 3 do mesmo número de *Acção*. Num exemplar do jornal pertencente ao poeta, a palavra *-Rei* está acrescentada manualmente à palavra *Presidente*. Sabe-se que Pessoa se referiu ulteriormente a este poema com o título “À Memória do *Presidente-Rei* Sidónio Pais”. Dado o conflito de orientação política entre o director do jornal e Fernando Pessoa, não é de excluir que a palavra *-Rei* tenha sido censurada pelo primeiro, o qual, sendo republicano, dizia que “não podia ser director de um jornal ultramonárquico”. (Ver abaixo a imagem do título do poema no exemplar de Fernando Pessoa, com a palavra *-Rei* acrescentada à mão.)

A' MEMORIA
DO
PRESIDENTE - REI
SIDONIO PAES

Longe da fama e das espadas,
Alheio ás turbas elle dorme.
Em torno ha claustrros ou arcadas?
Só a noite enorme.

Porque para elle, já virado
Para o lado onde está só Deus,
São mais que Sombra e que Passado
A terra e os céus.

Tenhámos fé, porque elle foi.
Deus não ter mal a quem o deu.
Não passa como o vento o heros
Sob o erme céu.

E amanhã, quando queira a Sorte,
Quando finalizar a expiação,
Resurrecto da falsa morte,
Elle já não.

Ah, tenhamos mais fé que a esperança!
Mais vivo que nós somos, fita
Do Abyssmo onde não há mudança
A terra afflicta.

E se assim é, se, desde o Assombro
Aonde a Morto as vidas leva,
Vé esta patria, escombro a escombro,
Cahir na treva;